



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

Relatório de Monitoramento de Resultados 1º Quadrimestre de 2024

A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Thiago Ivanoski Teixeira

Diretor Interino de Estudos de Energia Elétrica

Reinaldo da Cruz Garcia

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretora de Gestão Corporativa

Angela Regina Livino de Carvalho

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - CGR

Elzencleaver Freitas de Aguiar – Gestor

José Ricardo de Moraes Lopes – Analista de Pesquisa Energética

Sergio Lucio G. Miranda – Analista de Gestão Corporativa

Mariana Pinheiro Sanzana - Estagiária

Helder de Araújo Sevenine – Estagiário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Colli Munhoz - Presidente

Dany Andrey Secco

Denilvo Moraes

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Fabio de Almeida Rocha

CONSELHO FISCAL

Alexandra Lucio Sales de Carvalho - Presidente

Brenno Leopoldo Cavalcante de

Paula

Mathias Lens Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Caio Cezar Monteiro Ramalho - Presidente

Joaquim Rubens Fontes Filho

Ludmila de Melo Souza

Comitê de Riscos (CGRIC-X)

Elzencleaver Freitas de Aguiar – Presidente

CGRIC-X/PR

José Ricardo de Moraes Lopes – Secretário

Geral do CGRIC-X/PR

Bruno Abreu Bastos – Chefe de Gabinete/

Elisângela M. de Almeida – Superintendente da SMA/DEA

Mariana Goncalves de Azevedo Pacheco –

Superintendente-Adjunta da SRF/DGC

Glauco Vinicius Ramalho Faria – Consultor

Técnico da SEE/DEA

Alfredo Aguiar Sampaio dos Santos – SRL/DGC

Claudia E. C. Bento – Superintendente STI/DGC

Deise dos Santos Trindade Ribeiro – Gab/DPG

Fábio de Almeida Rocha – STE/DEE

Guilherme Fialho - DEE/SEG

Joana D'arc de França Cordeiro –

SGE/DEE

Lauro Damasceno – LIC/DGC

Luisa D. Ferreira Alves – CONJUR/PR

Marcelo Mendes de Brito Fernandes – SGP/DGC

Marcelo H. Cayres Loureiro – SEE/DEA

Marilene Dias Gomes Motta – SMA/DEA

Regina Freitas Fernandes – SPG/DPG

(Composição em 30/04/2024)

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) no 1º quadrimestre de 2024. Esta tarefa foi realizada atendendo à Política de Gestão de Riscos (PDG-COA-008) e à Política de Gestão de Conformidade e de Controle Interno (PDG-COA-009) e, também, às competências estipuladas para a CGR constantes no Artigo 125 do Estatuto Social, aprovado na 18ª Assembleia Geral Extraordinária, em 30 de abril de 2024.

Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de CGR garantem e reforçam o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), atendendo ao objetivo do ciclo do PEI de 2024-2028:

“Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

Destaca-se que a elaboração e divulgação do presente relatório é realizada com o grau de detalhamento adequado à complexidade e escopo do funcionamento da EPE.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir estão listados os principais trabalhos executados pela área de CGR neste quadrimestre:

Legenda:

 Concluído
 Em andamento

e-PREVENÇÃO REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA

LEVANTAMENTO DE DADOS - IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 PELAS ESTATAIS NO BRASIL

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO GUIA DE CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO - 7º CICLO DO INDICADOR DE GOVERNANÇA IG-SEST

RELATÓRIO EXECUTIVO - PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO – INDICADOR iESGo 2024

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

SISTEMA NORMATIVO

3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

e-PREVENÇÃO REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA

O Programa E-Prevenção, parte do Programa Nacional de Combate à Corrupção (PNPC), , uma iniciativa inovadora da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), é coordenado e executado pela Rede de Controle nos Estados, com o patrocínio da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele visa prover orientações e treinamentos em modelos de gestão e estabelece parcerias com entidades públicas e privadas para a implementação de mecanismos de controle da corrupção em empresas.

Da conclusão do questionário de avaliação é emitido um diagnóstico personalizado com recomendações para a empresa, não sendo criado um ranking comparativo entre órgãos/entidades participantes, nem sanções baseadas nos resultados. As informações coletadas serão de uso exclusivo da empresa, de modo a elaborar e acompanhar um “Roteiro de Atuação” no sistema do e-Prevenção.

LEVANTAMENTO DE DADOS - IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 PELAS ESTATAIS NO BRASIL

Em janeiro de 2024 a EPE recebeu Ofício SEI Nº 10857/2024/MGI da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério da Gestão e Governança das Empresas Estatais, sobre levantamento de dados sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 pelas empresas estatais federais.

As informações coletadas serão utilizadas para subsidiar a elaboração do Segundo Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, compromisso assumido pelo Estado brasileiro perante a ONU e a comunidade internacional. Trata-se de iniciativa da Comissão Nacional para os ODS, da Secretaria-Geral da Presidência da República. O objetivo principal é mapear e selecionar boas práticas de implementação dos ODS pelas Estatais no Brasil. A atividade foi concluída por meio de submissão das repostas, em formulário específico disponível na internet no final de abril de 2024.

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO GUIA DE CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

A **CGR** participou ativamente do **Grupo de Trabalho (GT)** instituído para viabilizar a elaboração do **Guia de Contratações Sustentáveis** da EPE. Esta iniciativa foi direcionada pelo **presidente** da empresa, com o objetivo de integrar práticas sustentáveis ao processo de contratações.

Inicialmente, o grupo de trabalho utilizará como referência o **Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU)**, juntamente com o **Regulamento de Licitações e Contratos** da EPE. Esses documentos servirão de base para a criação de diretrizes que alinhem as contratações da empresa com os princípios de **sustentabilidade e responsabilidade ambiental**.

Esse esforço reforça o compromisso da EPE com a implementação de políticas sustentáveis e a busca por soluções que atendam o equilíbrio entre o princípio da vantajosidade e da adoção de soluções que atendam aos aspectos sociais e ambientais e de governança corporativa.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO - 7º CICLO DO INDICADOR DE GOVERNANÇA IG-SEST

Em atendimento ao **Ofício Circular SEI nº 936/2023/SEST/MGI**, direcionado aos presidentes das Empresas Estatais Federais, a EPE participou da fase preparatória para a realização do **7º ciclo do Indicador de Governança SEST (IG-SEST)**, programado para ocorrer em 2024.

A **Presidência e a CGR** trabalharam em conjunto com as diversas áreas da empresa para responder à avaliação prévia solicitada pela SEST. As respostas ao questionário foram entregues dentro do prazo estipulado, até o dia 19 de fevereiro de 2024.

O questionário abordou temas relacionados aos **eixos transversais de políticas públicas**, com foco na transição para sociedades sustentáveis. Os principais pontos tratados foram:

- **Promoção da diversidade e pluralidade;**
- **Gestão de projetos de boas práticas**, com ênfase na contribuição para o interesse coletivo ou segurança nacional;
- **Ações de combate à fome e redução das desigualdades;**
- **Educação básica;**
- **Saúde**, tanto em atenção primária quanto especializada;
- **Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC);**
- **Neo-industrialização, trabalho, emprego e renda;**
- **Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.**

Essas iniciativas reforçam o compromisso das diferentes áreas da EPE com a governança e a sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo SEST e pelo governo federal.

RELATÓRIO EXECUTIVO - PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO – INDICADOR iESGo 2024

O **Indicador iESGo 2024** é uma iniciativa do **Tribunal de Contas da União (TCU)** destinada a avaliar o grau de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados às **práticas de ESG** (ambientais, sociais e de governança).

Este levantamento foi autorizado conforme o **item 9.1 do Acórdão 1205/2023-TCU-Plenário**, no âmbito da **Fiscalização 156/2023**. A ferramenta iESGo resulta da reformulação do questionário do Índice de Governança e Gestão (iGG), incorporando a avaliação dos processos de governança e gestão às dimensões de **sustentabilidade ambiental e social**.

Em colaboração com as áreas da empresa, participaram ativamente do processo de fiscalização do **Indicador iESGo 2024**, fornecendo respostas ao **questionário iESGo 2024**, conforme solicitado pelo **TCU**. As contribuições foram submetidas através do **Sistema Conecta** do TCU, com o prazo de resposta estipulado até **12 de abril de 2024**.

O questionário iESGo abrangeu os seguintes temas principais:

- **Governança organizacional pública;**
- **Gestão de pessoas;**
- **Gestão de tecnologia da informação e segurança da informação;**
- **Gestão de contratações;**
- **Gestão orçamentária e financeira;**
- **Sustentabilidade ambiental;**
- **Sustentabilidade social.**

A **CGR** realizará uma análise detalhada das respostas e produzirá um relatório com os desafios que a EPE ainda tem pela frente quanto ao aperfeiçoamento das práticas na temática ESG.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Em relação à **Segurança da Informação e Comunicações**, os principais destaques do período foram as **quatro reuniões** do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, abordando temas críticos e estratégias para o aprimoramento da segurança da EPE.

Houve a apresentação detalhada do projeto referente à implantação do **Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios**. No primeiro quadrimestre de 2024, concentraram-se esforços no fechamento do Termo de Referência, precificação e instrução do processo de contratação.

Foi finalizada a **revisão 01 da Política de Segurança da Informação e Comunicações**, atualizando diretrizes e fortalecendo a estrutura normativa da EPE nesse tema.

Em janeiro de 2024, foi publicada a **Cartilha de Segurança da Informação**, uma ação resultante do projeto de conscientização realizado em 2023, que visa aumentar a sensibilização sobre boas práticas de segurança.

Foi produzido um **vídeo explicativo** sobre o incidente de segurança ocorrido em março de 2024, com o objetivo de esclarecer o ocorrido e reforçar medidas preventivas.

O 1º projeto de **PENTEST** foi concluído com sucesso, demonstrando que **não houve vulnerabilidades** no perímetro da rede da EPE, garantindo um ambiente cibernético mais seguro.

Foi realizado um estudo sobre a solução **Purview da Microsoft**, no contexto de **Data Loss Prevention (DLP)**, que poderá contribuir para a proteção contra perda de dados sensíveis.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da EPE com a segurança da informação, contribuindo para a mitigação de riscos e a proteção dos dados e sistemas críticos da organização.

SISTEMA NORMATIVO

No âmbito do **Sistema Normativo**, as principais atividades desenvolvidas no primeiro quadrimestre de 2024 foram a emissão de diversos pareceres durante o período, contribuindo para a conformidade e o desenvolvimento de controles internos.

Destas análises ocorreram a publicação de importantes normas para o funcionamento da EPE, incluindo:

Norma de Atividades da Consultoria Jurídica (22/03/2024), que estabelece as diretrizes para a atuação da Consultoria Jurídica.

Procedimento Simplificado de Pequenas Despesas (27/02/2024), que visa agilizar e simplificar o processo de autorização e registro de pequenas despesas.

Procedimento de Revisão e Operacionalização e Revisão do PCA (27/02/2024), com foco na melhoria contínua dos processos de controle.

Regulamento do Programa de Remuneração Variável Anual 2023 (01/03/2024), que estabelece as regras para a distribuição da remuneração variável aos colaboradores.

Norma de Auxílio-Moradia (01/03/2024), regulamentando as condições de concessão do benefício aos colaboradores.

Norma sobre Substituição Provisória (11/03/2024), estabelecendo critérios e procedimentos para a substituição temporária de cargos e funções.

Política de Diversidade, Equidade e Inclusão (18/03/2024), reforçando o compromisso da EPE com a promoção de um ambiente inclusivo e igualitário.

Norma de Informações Processuais para Contingenciamento (22/03/2024), voltada à padronização do tratamento das informações processuais.

Política de Transações com Partes Relacionadas e Norma de Transações com Partes Relacionadas (30/04/2024), de modo a atender o Estatuto Social da EPE que prevê revisões anuais da política, bem como atualizar os modelos de gestão das informações de partes relacionadas na empresa.

Ademais, ocorreram avanços nos treinamentos sobre o uso do Sistema Normativo, a fim de garantir o adequado entendimento e aplicação das normas publicadas.

Foi organizado um **treinamento sobre o uso do Sistema Normativo**, com os seguintes objetivos:

- **Esclarecer dúvidas** sobre a elaboração de normativos, promovendo um entendimento claro e prático do processo.
- Demonstrar a **importância do modelo normativo**, destacando como ele facilita a formatação e agiliza a implementação de novos procedimentos.
- Definir o **marco temporal para divulgação** e aplicação das normas, garantindo que todas as partes envolvidas estejam alinhadas com as diretrizes estabelecidas.

Este conjunto de ações fortalece o arcabouço normativo da EPE, garantindo maior eficiência e clareza na operacionalização de processos e normas internas.

4. MONITORAMENTO DOS PLANOS DE TRATAMENTO

Descrevemos abaixo os níveis de criticidade inerente e residual de todos os riscos estratégicos identificados. Em seguida, serão detalhadas as informações pertinentes aos riscos de nível residual mais alto da matriz, bem como outros riscos que foram definidos como relevantes para serem incluídos neste relatório.

4.1 Riscos Inerentes

ID	Risco	Probabilidade	Impacto	P x I	Nível Inerente
R18	Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais.	[5] Muito Alta	[5] Gravíssimo	25	Alta
R17	Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas.	[4] Alta	[5] Gravíssimo	20	Alta
R03	Deficiência nas relações institucionais.	[4] Alta	[4] Grave	16	Alta
R05	Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas	[4] Alta	[4] Grave	16	Alta
R07	Ocorrência de conflitos institucionais e técnicos entre a EPE e o MME, em especial com a Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento – SNTEP	[4] Alta	[4] Grave	16	Alta
R08	Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e do Congresso Nacional	[4] Alta	[4] Grave	16	Alta
R15	Comprometimento do conhecimento organizacional nas dimensões técnica e gerencial.	[4] Alta	[4] Grave	16	Alta
R01	Perda da relevância como ator ou efetividade no processo.	[5] Muito Alta	[3] Crítico	15	Alta
R14	Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para o negócio.	[5] Muito Alta	[3] Crítico	15	Alta
R02	Perda de eficácia do planejamento energético.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R04	Inadequação da comunicação junto às partes interessadas.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R06	Elevação do custo de transação para tomada de decisões eficientes pelo governo, mercado e sociedade, bem como ocorrências de barreiras informacionais a novos entrantes nos setores de energia.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R09	Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R13	Não identificar e não combater defasagens tecnológicas que possam impactar o negócio.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R16	Desgaste do clima organizacional.	[3] Média	[4] Grave	12	Média
R19	Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro, trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R10	Falta de aderência às boas práticas de Governança Corporativa.	[4] Alta	[2] Baixo	8	Média
R11	Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações.	[4] Alta	[2] Baixo	8	Média

R12 Inexecução do planejamento estratégico.

[3] Média

[2] Baixo

6

Média

4.2 Riscos Residuais

ID	Risco	Probabilidade	Impacto	P x I	Nível Residual
R17	Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas.	[4] Alta	[4] Grave	16	Alta
R08	Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e do Congresso Nacional	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R14	Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para o negócio.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R05	Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas	[3] Média	[3] Crítico	9	Média
R07	Ocorrência de conflitos institucionais e técnicos entre a EPE e o MME, em especial com a Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento – SNTEP	[3] Média	[3] Crítico	9	Média
R01	Perda da relevância como ator ou efetividade no processo.	[4] Alta	[2] Baixo	8	Média
R02	Perda de eficácia do planejamento energético.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R03	Deficiência nas relações institucionais.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R06	Elevação do custo de transação para tomada de decisões eficientes pelo governo, mercado e sociedade, bem como ocorrências de barreiras informacionais a novos entrantes nos setores de energia.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R09	Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R11	Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R13	Não identificar e não combater defasagens tecnológicas que possam impactar o negócio.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R16	Desgaste do clima organizacional.	[2] Baixa	[3] Crítico	6	Média
R19	Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro, trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R18	Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais.	[1] Muito Baixa	[5] Gravíssimo	5	Média
R04	Inadequação da comunicação junto às partes interessadas.	[2] Baixa	[2] Baixo	4	Baixa
R12	Inexecução do planejamento estratégico.	[2] Baixa	[2] Baixo	4	Baixa
R10	Falta de aderência às boas práticas de Governança Corporativa.	[3] Média	[1] Desprezível	3	Baixa
R15	Comprometimento do conhecimento organizacional nas dimensões técnica e gerencial.	[3] Média	[1] Desprezível	3	Baixa

4.3 Síntese dos Principais Riscos

Segue síntese do conjunto de causas, consequências e controles existentes dos principais riscos elencados na matriz de riscos estratégicos da EPE.

ID	Risco	P x I	Nível Residual
R05	Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas	9	Média

Causas

Assimetria de informações com o mercado.

Desatualização conceitual e ferramental.

Falta de clareza pelos agentes sobre o papel da EPE.

Influências e pressões políticas.

Não desenvolvimento ou manutenção de uma ampla rede de parcerias

Pouca independência institucional.

Consequências

Consolidação do risco de fraude e corrupção.

Descolamento dos estudos e pesquisas.

Obsolescência de propostas e trabalhos

Perda de credibilidade da EPE.

Perda de isonomia técnica.

Recomendação técnica equivocada

Controles Existentes

Acordos de cooperação /Parcerias

Atualização de modelos e instrumentos

Capacitação

Ferramentas e metodologias reprodutíveis

Instruções técnicas previsíveis e transparentes

Obtenção e tratamento de informações/ estruturação de base de dados

Participação ativa nos arranjos de governança do setor

PEI e PDI

Portarias e instruções técnicas do setor

Publicações de Notas Técnicas

Reuniões com agentes do mercado

Workshops/ reuniões abertas

Planos de Ação Estratégicos

Análise crítica, pela perspectiva do planejamento energético, do suprimento de energia elétrica no país a partir da atual conjuntura hídrica

Atualização da estratégia para uso das mídias sociais pela EPE

CEM Days 2nd edition: disseminação dos estudos da EPE para o cenário internacional

Fortalecimento da atuação internacional da EPE

Implementação de Agenda Técnica Conjunta das Diretorias

ID	Risco	P x I	Nível Residual
R07	Ocorrência de conflitos institucionais e técnicos entre a EPE e o MME, em especial com a Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento – SNTEP	9	Média
Causas			
Disputas de poder de gestores da SPE/MME e da EPE.			
Indefinição de posicionamentos políticos da SPE/MME.			
Pressão política de agentes interessados.			
Sobreposição de atribuições entre SPE/MME e EPE.			
Consequências			
Degradação das relações profissionais e do diálogo.			
Deterioração do clima organizacional da EPE (retrabalho e desgaste).			
Retrabalho e desorientação.			
Retrabalho ou impasse.			
Controles Existentes			
Documentos técnicos públicos			
Reuniões e registros			
Reuniões mensais de acompanhamento			
Planos de Ação Estratégicos			
Estabelecimento de Estratégias para Parcerias e Agendas Institucionais - 2024/2025			

ID	Risco	P x I	Nível Residual
R08	Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e do Congresso Nacional	12	Média
Causas			
Acompanhamento deficiente de temas setoriais e/ou de fronteira.			
Escassez de recursos humanos.			
Modelos e infraestrutura que façam com que as simulações demorem muito tempo, re			
Consequências			
Não atendimento do prazo com a qualidade esperada			
Controles Existentes			
Acompanhamento das reuniões da Aneel			
Acompanhamento do DOU			
Base de dados e ferramentas			
Capacitação			
Formação de grupos de trabalho e comitês técnicos Ad hoc			
PEI e PDI			
Planos de Ação Estratégicos			
Automação e Data Science			
Estabelecimento de Processo para Formalização de Demandas por parte do MME			
Fortalecimento da atuação internacional da EPE			

ID	Risco	P x I	Nível Residual
R14	Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para o negócio.	12	Média

Causas

Contingenciamento orçamentário severo.

Equipes de TI subdimensionadas.

Evento operacional que requeira a equipe de TI.

Consequências

Capacidade de processamento insuficiente.

Não cumprimento dos planos de entrega de produtos.

Controles Existentes

Comitê de TI (CTIC)

Controle orçamentário de TI

Existência de um Comitê de Segurança da informação

PETI e PDTI

Política e Normas de Segurança da Informação

Planos de Ação Estratégicos

Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação (TI)

Aprimoramento da qualidade gráfica das publicações técnicas da EPE

Elaboração e Divulgação dos Novos Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Reestruturação da intranet da EPE, com integração de ferramentas tecnológicas

Reestruturação do portal da EPE

Reformulação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC)

ID	Risco	P x I	Nível Residual
R17	Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas.	16	Alta

Causas

Defasagem do Plano de Cargos e Salários.

Dimensionamento inadequado da força de trabalho.

Indisponibilidade orçamentária.

Restrições legais e diretrizes de órgãos governamentais (PCS e ACT).

Consequências

Comprometimento da entrega com reflexos negativos de natureza legal e/ou

Desgaste do clima organizacional.

Desgaste físico e emocional do corpo funcional

Execução operacional sobrepondo o desempenho das funções estratégicas.

Perda do conhecimento crítico.

Controles Existentes

Ações junto à SEST e à SGP/ME

Movimentação externa

Realização de concursos públicos

Planos de Ação Estratégicos

Automação e Data Science

Dimensionamento da Força de Trabalho

Mapeamento do Retorno Econômico das Atividades da EPE relacionadas às Políticas Públicas

Recomposição da Força de Trabalho

4.4 Detalhamento das Ações Propostas

● Tratamento do Risco R05 - Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas

○ AE-0104.05.PR.GAB Fortalecimento da atuação internacional da EPE

Diretoria:	PR - Presidência
Área:	GAB PR - Gabinete da PR
Responsável:	Gustavo Cerqueira Ataíde

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024

Previsto: 70%

Realizado: 70%

Desvio: 0%

2 - Conforme o Planejado

Entregas Previstas:

Proposta de Revisão do Regimento Interno do NCAI.

Entregas Realizadas:

Elaborada minuta de revisão do regimento do NCAI com reavaliação dos representantes.

Observações Gerais:

● **Tratamento do Risco R07 - Ocorrência de conflitos institucionais e técnicos entre a EPE e o MME, em especial com a Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento – SNTEP**

○ AE-0186.04.PR.GAB Estabelecimento de Estratégias para Parcerias e Agendas Institucionais - 2024/2025

Diretoria:	PR - Presidência
Área:	GAB PR - Gabinete da PR
Responsável:	Gustavo Cerqueira Ataíde

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024

Previsto: 30%

Realizado: 30%

Desvio: 0%

2 - Conforme o Planejado

Entregas Previstas:

Identificação de temas técnicos estratégicos e/ou prioritários para a EPE.

Entregas Realizadas:

Identificação dos temas estratégicos realizada a ser formalizada na Proposta de Orientações para Construção de Parcerias Estratégicas.

Observações Gerais:

- **Tratamento do Risco R08 - Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e do Congresso Nacional**

○ AE-0075.04.DGC.STI Automação e Data Science

Diretoria:	DGC - Diretoria de Gestão Corporativa
Área:	STI - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações
Responsável:	Claudia E. C. Bento

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024

Previsto: 80%

Realizado: 80%

Desvio: 0%

2 - Conforme o Planejado

Entregas Previstas:

Levantamento das demandas do PDTI 2024 e priorização.

Retomada da contratação da terceirização de desenvolvimento devido ao corte orçamentário que impediu o seu prosseguimento.

Instrução de processo de contratação de consultoria para governança de Ciência de Dados.

Iniciar planejamento do onboarding dos novos concursados da STI.

Entregas Realizadas:

Levantamento das demandas do PDTI 2024 e priorização efetuado.

Contratação da terceirização de desenvolvimento retomada

Instrução do processo de contratação de consultoria para governança de Ciência de Dados iniciada

Planejamento do onboarding dos novos concursados da STI iniciado

Observações Gerais:

○ AE-0104.05.PR.GAB Fortalecimento da atuação internacional da EPE

Diretoria:	PR - Presidência
Área:	GAB PR - Gabinete da PR
Responsável:	Gustavo Cerqueira Ataíde

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024

Previsto: 70%

Realizado: 70%

Desvio: 0%

2 - Conforme o Planejado

Entregas Previstas:

Proposta de Revisão do Regimento Interno do NCAI.

Entregas Realizadas:

Elaborada minuta de revisão do regimento do NCAI com reavaliação dos representantes.

Observações Gerais:

● Tratamento do Risco R14 - Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para o negócio.

○ AE-0095.05.PR.PCS Reestruturação do portal da EPE

Diretoria:	PR - Presidência
Área:	PCS - Assessoria de Comunicação Social
Responsável:	Maura Cruz Xerfan

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024 Previsto: 30% Realizado: 30% Desvio: 0% 2 - Conforme o Planejado

Entregas Previstas:

Sem entregas previstas.

Entregas Realizadas:

Sem entregas previstas.

Observações Gerais:

○ AE-0109.05.PR.PCS Reestruturação da intranet da EPE, com integração de ferramentas tecnológicas

Diretoria:	PR - Presidência
Área:	PCS - Assessoria de Comunicação Social
Responsável:	Maura Cruz Xerfan

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024 Previsto: 50% Realizado: 50% Desvio: 0% 2 - Conforme o Planejado

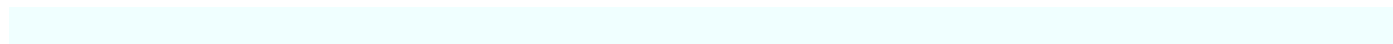
Entregas Previstas:

Sem entregas previstas.

Entregas Realizadas:

Sem entregas previstas.

Observações Gerais:



● Tratamento do Risco R17 - Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas.

○ AE-0075.04.DGC.STI Automação e Data Science

Diretoria:	DGC - Diretoria de Gestão Corporativa
Área:	STI - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações
Responsável:	Claudia E. C. Bento

ENTREGAS:

1º Quadrimestre de 2024

Previsto: 80%

Realizado: 80%

Desvio: 0%

2 - Conforme o Planejado

Entregas Previstas:

Levantamento das demandas do PDTI 2024 e priorização.

Retomada da contratação da terceirização de desenvolvimento devido ao corte orçamentário que impediu o seu prosseguimento.

Instrução de processo de contratação de consultoria para governança de Ciência de Dados.

Iniciar planejamento do onboarding dos novos concursados da STI.

Entregas Realizadas:

Levantamento das demandas do PDTI 2024 e priorização efetuado.

Contratação da terceirização de desenvolvimento retomada

Instrução do processo de contratação de consultoria para governança de Ciência de Dados iniciada

Planejamento do onboarding dos novos concursados da STI iniciado

Observações Gerais:

4.5 Considerações Adicionais sobre a Matriz de Riscos Estratégicos

Destacam-se neste 1º quadrimestre de 2024:

Os Planos de ação para tratamento do Risco 5 - Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas; R08 - Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética; e Risco R17 - Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas – CNPE e do Congresso Nacional:

- Plano de Ação “Fortalecimento da atuação internacional da EPE”: Foi elaborada minuta de revisão do regimento do NCAI com reavaliação dos representantes;
- Plano de Ação “Automação e Data Science”: Levantamento das demandas do PDTI 2024 e priorização efetuado; Contratação da terceirização de desenvolvimento retomada; Instrução do processo de contratação de consultoria para governança de Ciência de Dados iniciada; Planejamento do onboarding dos novos concursados da STI iniciado.

Salientam-se, ainda, os esforços para contratação de consultoria visando a 2ª onda do projeto de Implantação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio (SGCN). A 2ª onda da implantação consistirá na formalização dos documentos normativos, revisão da Análise de Impacto sobre o Negócio (BIA), complementação dos Planos de Continuidade Operacional e demais planos e viabilização da resiliência para processos que requeiram poucos investimentos. A totalidade do SGCN somente deve ser alcançada em uma terceira onda, após a EPE viabilizar todos os investimentos previstos na Estratégia de Continuidade de Negócio.

Demais matrizes sob análise

Mantém-se a necessidade de postergar o término da revisão dos dados e informações pertinentes aos planos de ação visando a mitigação da matriz de riscos de integridade e detalhamento das matrizes de riscos das áreas e Superintendências, para o 3º quadrimestre de 2024. Contudo, as ações que estavam previstas continuam em andamento.

5. CONCLUSÕES

Destacaram-se, então, os seguintes pontos relacionados aos temas de Governança, Riscos, Integridade e Controles internos da EPE, durante o quadrimestre:

- Início dos trabalhos para a construção de uma agenda normativa;
- Continuidade do processo de revisão dos normativos CGR
- Importância da EPE se preparar adequadamente para o próximo ciclo de avaliação do indicador IG-SEST. O questionário trata das questões relativas aos eixos transversais de políticas públicas, enfatizando a importância da transição para sociedades sustentáveis.
- Continuação do processo de adesão voluntário da EPE ao e-Prevenção. A conclusão da fase de adesão deve se dar ao longo do 2º quadrimestre de 2024;
- Realização do 1º Pentest, denotando o status satisfatório das ferramentas e recursos de Segurança da Informação e Comunicações da EPE;
- No que diz respeito às medidas de mitigação do risco 17, referente à Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas, foi dada continuidade às atividades previstas no plano de ação de Automação e data Science.

Destaca-se, ainda, neste quadrimestre:

- a continuidade do processo de benchmarking com outras áreas análogas à CGR em outras empresas, dentre elas: o BNDES; o ONS e a NAVBrasil.
- a produção do Relatório de Resultados CGR - Ano Base 2023 e do Relatório de Resultados da CGR - 3º Quadrimestre de 2023, contendo apresentação de indicadores e metas alcançadas no período;
- a coordenação da elaboração da minuta da Carta de Governança, documento essencial que visa reforçar os compromissos da EPE com as melhores práticas de governança corporativa;
- a continuidade do processo de revisão dos normativos da CGR, com o objetivo de aprimorar a estrutura regulatória interna e garantir que as normas estejam alinhadas com as melhores práticas do mercado e os requisitos regulatórios.

Por fim, salienta-se que todos os pontos levantados acima denotam a devida urgência e relevância dos aspectos de governança, riscos, integridade e controles internos para a empresa e fazem parte de um ciclo contínuo de melhoria corporativa, com uma correlação direta com o Planejamento Estratégico Institucional, Objetivo Estratégico “Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.